

EDITAIS

GOVERNO MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - COMAP

ATA DA 135ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – COMAP REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

Aos 23 de Novembro de 2015, às 14H30 horas, sob a presidência do Sr. Luis Eduardo Patrone Regules, realizou-se a 135ª reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Administração Pública – COMAP, na sala de reuniões da Assessoria Técnica, da Secretaria do Governo Municipal, estando presentes os seguintes membros: Patrícia Guilharducci, de SGM/AT; Vilma Rodrigues Cezar Cardoso, Suplente de SF; Willian Fernandes, Suplente de SMRG; Zilda Aparecida Petrucci, Suplente de SMG. O Conselho foi instituído pelo Decreto nº. 50.514/2009 e posteriores alterações e os membros nomeados por meio da seguinte portaria: Portaria 96 de 27 de fevereiro de 2015.

Dado início a centésima trigésima quinta reunião extraordinária, segue abaixo resumo das deliberações:

1. Foram apreciadas as propostas de nomeações/designações formalizadas pelas diversas Secretarias e obtiveram manifestação favorável ao prosseguimento, uma vez examinadas as declarações apresentadas em atendimento ao Decreto nº 50.898/2009, com vistas a evitar situações que possam contrariar o disposto da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, bem como, ao Decreto nº 53.177/2012:

OFÍCIO	SECRETARIA	NOME
431	PREF-G	MICHELLE MUNIZ BENETTI
545	CGM	MARTA MARTINS DO CARMO DONATO
170	SECOM	FELIPE NASPITIC KFOURI
162	SEHAB	MARIA ARINA PEREIRA
167	SEHAB	CYNTHIA FUGI DE OLIVEIRA
583	SES	NELSON KENGO SATO
238	SEME	MARIA GELINICE DO NASCIMENTO BARRIVIERA
238	SEME	BRUNO CARDOSO MAZZONE
1304	SF	APARECIDA DE ALMEIDA
1319	SF	MARCELO MURATORI
1319	SF	ALEXANDER GUSTAVO LOPES DE FRANÇA
1319	SF	SHIRLEY FERNANDES MARCON CHALITA
1319	SF	MANUEL EDUARDO CRUVINEL MACHADO BORGES
1347	SF	MARIA ESTELA ONO TAKADA
1347	SF	SERGIO SILVESTRE JUNIOR
237	SMADS	ANA CAROLINA BORK
359	SMC	BARBARA BOUNCINHA DE ALMEIDA BISCHOFF
515	SMC	PAULO MASSI DALLARI
531	SMDHC	ESTELA CATERINA GONÇALVES FERREIRA
533	SMDHC	KATIA CRISTINA DOS REIS
535	SMDHC	FERNANDA COSTA BARRETO
1611	SME	JUNIO ROCHA BRITO
1670	SME	DANIEL MARCOS DE OLIVEIRA JUNIOR
1760	SME	VANESSA DE OLIVEIRA
1767	SME	VANIA DE ALMEIDA CARVALHO PALMIERI
1768	SME	IRLAINE DA CUNHA BORGES
1770	SME	ELIJANA DE BRITO BOTELHO
1781	SME	ANDREIA RAMALHEIRO TOLENTINO
1781	SME	JOAO KLEBER DE SANTANA SOUZA
1783	SME	MARCOS RICARDO SANCHES MELO
1788	SME	CLEBER FERREIRA DOS SANTOS
540	SMS	VILMA FLORENCIA DA SILVA
541	SMS	SILVANA ANDREA DA SILVA ROSA PAIS
542	SMS	LILIAN COZZOLINO
556	SMS	CELSO DE OLIVEIRA VELOSO
557	SMS	GENI FELIPE
2025	SMSP	ELISABETE CRISTINA DA CRUZ DE ANDRADE
2026	SMSP	JOSE GRACIANO DE FREITAS
2029	SMSP	IZALINO MARTINS
2030	SMSP	DAYANA SOUZA DE CARVALHO
2031	SMSP	ELEOTERIO DE SOUZA VAZ
2032	SMSP	DENISE MENDES BARBOSA
2033	SMSP	SIMONE GONÇALVES DE BARROS OLIVEIRA
2036	SMSP	ELIJANA AMBROSIO
2037	SMSP	ARNALDO ALEIXO COSTA FIGUEIREDO
2038	SMSP	CARMEN DILENE MARINHO ROSENO POLICICCO
2039	SMSP	SERGIO ALVES FLORENTINO
2040	SMSP	DENISE AKIMI IKENAGA
2047	SMSP	MARCOS ROBERTO EMILIO
2048	SMSP	JOSAFIA CALDAS DE OLIVEIRA
2050	SMSP	SILVIA REGINA GARGIULO MACIEIRA
2053	SMSP	ELIZABETE CRISTINA FERREIRA DA SILVA
2055	SMSP	LUDMILA MARZAGÃO CASSAGUERRA
2056	SMSP	ARMANDO STEFANO
2057	SMSP	LUCAS MORAES PEREIRA LIMA
2058	SMSP	WANDERLEY PIRES
2059	SMSP	JOSE BORGES DA SILVA FILHO
2064	SMSP	MARCIA MIRANDA MACHADO DE MELO TEIXEIRA
2070	SMSP	IGOR DA SILVA GALDINO
2072	SMSP	ISABELA CRISTINA CARDOSO DA CRUZ
2119	SMSP	ANTONIO MANOEL ESTEVES
2120	SMSP	WILSON IANELLI DE SOUZA
2121	SMSP	BRUNO ROMANATO FILHO
2124	SMSP	ALBERTO NUNES SANTOS
326	SMSU	DOUGLAS DE ALMEIDA FLEMING
159	SMT	JOAO BATISTA DA SILVA
160	SMT	LUIZ HEITOR DE FREITAS PANNUTI
228	SNU	MAURO CAMILLO DE SOUZA
336	SVMA	ANDREA AUGUSTO LEMES
337	SVMA	HELIO CALIXTO HIROTARO MIYAZAKI

2. Foram, também, apreciadas e obtiveram manifestação favorável ao prosseguimento as seguintes nomeações/contratações para órgãos da administração indireta:

OFÍCIO	SECRETARIA/ÓRGÃO	NOME
1962	CET	CLAUDIO FERREIRA DA SILVA
5948	COHAB	FRIDA BABY WAIDERGORN CORDEIRO

3. Foram, ainda, analisados e aprovados pelo Conselho os casos que continham vínculos familiares abaixo discriminados:

OFÍCIO	SECRETARIA/ÓRGÃO	NOME
229	SNU	LUIZ FELIPE MENDONÇA CRUZ

4. Alguns ofícios/documentações serão devolvidos às pastas para correta instrução e/ou com parecer desfavorável e a SNJ para análise e manifestação:

OFÍCIO	SECRETARIA/ÓRGÃO	NOME
333	SMSU	CAROLINE IATARELLI FUNGARO.

5. Foi apresentada a Ata da 135ª Reunião Extraordinária do COMAP, e, aprovada por unanimidade.

Encerramento e Aprovação da Ata: nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, foi por todos os membros assinada. (135ª ATA COMAP).

MEMBROS	ÓRGÃO	ASSINATURA
LUIS EDUARDO PATRONE REGULES	SGM	
PATRICIA GUILHARDUCCI	SGMIAT	
VILMA RODRIGUES CEZAR CARDOSO	SF	
WILLIAN FERNANDES	SMRG	
ZILDA APARECIDA PETRUCCI	SMG	

FRANCISCO MACENA DA SILVA, Secretário do Governo Municipal - SGM

RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

GABINETE DO SECRETÁRIO

RETIFICAÇÃO DOS EDITAIS 49/SMRG/2015, 53/SMRG E 54/SMRG/2015

JOSÉ AMÉRICO DIAS, Secretário Municipal de Relações Governamentais no uso de suas atribuições legais, torna público e estabelece as retificações dos Editais nºs 49/SMRG/2015, 53/SMRG/2015 e 54/SMRG/2015, nos termos a seguir descritos, mantendo inalterados os demais itens dos referidos editais.

Item 1. Retifica-se número do documento de identificação do candidato AYDÉE RIBEIRO RALDES que concorre ao mandato de Conselheiro Participativo Municipal do Território da Subprefeitura de Butantã pelo Distrito de Butantã com o número de candidato 83.008, publicado no DOC de 12/11/2015, pág. 152 e DOC de 19/11/2015, pág. 50:

Onde se lê: 288112108-01 Leia-se: 023246418-95

Item 2. Retifica-se o distrito do candidato MARCO AURÉLIO FERNANDES VELLOSO, que concorre ao mandato de Conselheiro Participativo Municipal do Território da Subprefeitura de Pinheiros, com o número de candidato 89.025, publicado no DOC no dia 12/11/2015, pág. 157 e DOC de 19/11/2015, pág. 50.

Onde se lê: Pinheiros Leia-se: Alto de Pinheiros

Item 3. Retifica-se o distrito da candidata CLAUDETE DUQUE DOS SANTOS SILVA, que concorre ao mandato de Conselheira Participativa Municipal do Território da Subprefeitura de M' Boi Mirim, com o número de candidato 58.091, publicado no DOC no dia 19/11/2015, pág. 50:

Onde se lê: Jardim Angela Leia-se: Jardim São Luis São Paulo, 23 de novembro de 2015.

JOSÉ AMÉRICO DIAS, Secretário Municipal de Relações Governamentais

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE

1ª Reunião Ordinária – Reunião Inaugural
17 de setembro de 2015
Lista de Presença

MEMBROS PRESENTES:

PAULO ILLES (SMDHC); CAMILA BIBIANA FREITAS BARALDI (SMDHC); ISABEL MEUNIER (CONSULTORA DA OIT); PAULO AMÂNCIO (COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ACOHLIDA PARA MIGRANTES); LETÍCIA CARVALHO (MISSÃO PAZ); JOBANA MOYA (EQUIPE DE BASE – WARMIS); ORIANA JARA (PAL); PATRÍCIA DOS SANTOS (PAL) VALDETE SANTOS (SECRETARIA DA SAÚDE); MINORU FURUYA (SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE); CRISTINA MORELLI (CENTRO DE REFERÊNCIA PARA REFUGIADOS DO CÁRITAS); JAMES MARTINS DA SILVA (INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP – COSMÓPOLIS/SP); ISADORA STEFFENS (IRI/USP); CLARA POLITI (CONSELHO PARTICIPATIVO IMIGRANTE); DÉBORA MARIA MUSTAFÁ COELHO (SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL); ANA ELIZABETH LEON (CDHC); VICTOR PRAGA HOPPE (CENTRO DE APOIO E PASTORAL DO IMIGRANTE); ISADORA SILVEIRA (INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP – COSMÓPOLIS/SP).

PAUTA:

1) Abertura dos Trabalhos - Paulo Illes (CPMlg) abriu os trabalhos da reunião inaugural do Comitê, indicando a presença do Rogério Sottilli, secretário adjunto da SMDHC. Conduziu a apresentação dos presentes, com indicação dos órgãos a que representavam.

2) Apresentação do Comitê Intersetorial dentro da proposta de criação de uma Política Municipal para a População Imigrante - Rogério Sottilli (SMDHC) começa se desculpando pela estrutura de auditório e não de mesa redonda, o que estaria compondo de forma mais dialógica o trabalho e que será a estrutura adotada então em diante. Explica que haviam previsto uma organização em u, mas por uma questão de conflito de agenda não conseguiram efetivá-la. Afirma, então, sentir-se muito satisfeito e feliz em participar de uma reunião como esta. Especialmente uma área como essa, de imigrantes, tão importante, com ainda mais importância a partir dos acontecimentos recentes que envolvem refugiados e imigrantes de todos os continentes: "Quando começamos o cenário não era como é hoje. Não nos moveu, ao criar a Coordenação de Migrantes na SDHC, a visão de apagar incêndio, ou a visão que se move pelo oportunismo, não do ponto de vista negativo, mas oportunismo, responder a uma oportunidade, colocada pela situação política, pela conjuntura, pelo contexto. Essa agenda quando se pauta dessa forma, elas se tornam uma agenda mais reativa, de responder ao problema. O que nos motivou a construir a CPMlg foi exatamente o contrário: em primeiro lugar o reconhecimento de uma população existente em nossa cidade e que não tinha de parte do poder público a atenção necessária, e a visão política de que por meio de políticas públicas essas pessoas teriam acesso a direitos e oportunidades. Era então uma agenda positiva, sobre uma perspectiva de direitos, de desenvolvimento de direitos, e não de reagir a problemas. Isso não é pouca coisa: é essa visão que vai dar pra nós os rumos que devem passar as políticas para migrantes na cidade de São Paulo". Salienta que o poder público deve reagir à vulnerabilidade da população imigrante de uma maneira afirmativa e não reativa, e aponta que é isso que vêm produzindo nos últimos dois anos, de forma articulada com as várias secretarias.

- Sottilli aponta a presença de 10 ou 11 secretarias, e um pouco menos de sociedade civil. Analisa ser muito significativo que se tenha tanta presença numa reunião como essa, e aponta tratar-se de governo, o comprometimento em trabalhar nessa perspectiva. Ressalta os frutos importantes dessa visão de governo: o CRAI, centro de referência e acolhida, a iniciativa da bancarização, além de assuntos que não seriam de competência direta do poder público municipal, mas que assumiram como competência para auxiliar o caminho de imigrantes e refugiados. Ressalta o fundamento no compromisso de campanha e de governo do Fernando Haddad. Conclui que o Comitê vai construir de forma organizada, a partir da audiência, esta política para imigrantes e refugiados, no intuito de fornecer uma resposta orgânica a esse processo. Salienta a importância da forma participativa do processo, que inclui a audiência e a paridade do comitê. Aponta que, nesse contexto, São Paulo está se consolidando como uma referência internacional de como se deve tratar imigrantes e refugiados, não sendo coincidência que o próximo Fórum Social Mundial de Imigrantes será sediado na cidade.

- Paulo Illes retoma a criação da SMDHC pelo prefeito Fernando Haddad e da CPMlg por Rogério Sottilli, evidenciando a importância da temática migratória para a atual gestão. Aponta o objetivo do comitê de transversalizar a política, de dialogar junto a todas as secretarias para trabalhar de forma coordenada e articulada para que o imigrante seja acolhido de forma digna, inserido e integrado à sociedade. Ressalta a importância

de uma série de serviços que a Prefeitura desenvolveu nesse período. Agradece a presença de todos e convida-os a auxiliarem na divulgação da Audiência Pública. Passa, então, para discussão dos próximos pontos de pauta.

3) Verificação do cumprimento da Lei 15.946 de 2013 e do Decreto 56.021 de 2015 – sobre a composição mínima de 50% de mulheres nos Conselhos - Camila Baraldi (CPMlg) conduziu a verificação, afirmando que havia, no geral, 7 mulheres titulares e 8 mulheres suplentes, e na sociedade civil, 8 titulares e 8 suplentes. Conclui estar atendida a exigência dos 50% de mulheres.

4) Discussão de cronograma - Camila Baraldi procede à apresentação do cronograma (em anexo), não havendo manifestações em contrário.

5) Transversalidade e políticas públicas - Isabel Meunier (consultora) realiza apresentação sobre o conceito de transversalidade de políticas públicas, sobre a importância de uma política pública para a população migrante e sobre o processo de formulação política.

6) Aprovação do regimento interno - Paulo Illes e Camila Baraldi realizaram a leitura do Regimento Interno para aprovação. Regimento foi aprovado por unanimidade

COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO IMIGRANTE

2ª Reunião Ordinária – Plenária sobre Assistência Social e Saúde

23 de outubro de 2015
Confederação Sindical de Trabalhadores/as das Américas
Rua Formosa, 367 Conj. 450, República, São Paulo/SP - Brasil

Presentes:

MEMBROS PRESENTES: PAULO ILLES (SMDHC); CAMILA BIBIANA FREITAS BARALDI (SMDHC); ALEXANDRE ROBERTO DE OLIVEIRA (SMC); ISABEL MEUNIER (CONSULTORA DA OIT); PAULO AMÂNCIO (COORDENADOR DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ACOHLIDA PARA MIGRANTES); LETÍCIA CARVALHO (MISSÃO PAZ); CAMILA ASANO (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS); VALTER (DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES – CSA); ANDREA CARABANTES (EQUIPE DE BASE – WARMIS); ORIANA (PAL); MARIA INÊS BERTÃO (SECRETARIA DA SAÚDE); MINORU FURUYA (SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE); CRISTINA MORELLI (CENTRO DE REFERÊNCIA PARA REFUGIADOS DO CÁRITAS); JAMES MARTINS DA SILVA (INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP – COSMÓPOLIS/SP); FERNANDO BISSACOT (ACNUR - AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS); CLARA POLITI (CONSELHO PARTICIPATIVO IMIGRANTE); DÉBORA MARIA MUSTAFÁ COELHO (SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL); ANA ELIZABETH LEON (CDHC); VICTOR PRAGA HOPPE (CENTRO DE APOIO E PASTORAL DO IMIGRANTE); ISADORA SILVEIRA (INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA USP – COSMÓPOLIS/SP).

PAUTA:

1) Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê;
2) Apresentação Técnica sobre o Trabalho do Subcomitê de Assistência Social e Saúde;
3) Discussão das Proposições Normativas com Base nos Trabalhos do Subcomitê;
4) Indicações de Representantes que possam contribuir ao Subcomitê.

O Sr. Paulo Illes cumprimentou a todos e solicitou que os participantes se apresentem, com a indicação dos órgãos representados. Após as apresentações, seguindo para a 1) **aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê**: O Sr. Paulo Illes informou que a mesma foi encaminhada para o e-mail de todos os participantes e realizou a sua leitura. Não havendo nenhuma manifestação referente à Ata, foi considerada aprovada por aclamação. 2) **Apresentação Técnica sobre o Trabalho do Subcomitê de Assistência Social e Saúde**: A Sra. Isabel Meunier realizou a leitura do Artigo 2º do Decreto Municipal 56.353, que trata das competências do Comitê e expôs que as diretrizes normativas, tanto a legislação doméstica, quanto a internacional, possuem foco nos resultados da audiência pública e com explicitação de quais ações do poder público podem ser previstas para atingir tais objetivos e resultados. Relatou que realizaram uma audiência pública a partir do um texto base, ao que foram propostas as emendas e que a devolutiva dessa audiência será publicada na próxima segunda-feira no site da Prefeitura, recomendando que a mesma seja lida para terem ciência de quais foram as demandas. Discorreu que serão apresentadas as propostas da audiência em formato de artigo de lei, já incorporando as discussões do subcomitê, e informou que a divisão em áreas setoriais foi feita em termos organizacionais da dinâmica do Comitê, mas que não necessariamente se refletiria em uma divisão temática do projeto de lei. Sobre a tomada de decisão, afirmou que, posteriormente será realizada a tomada de decisão por consenso de todos os membros, e caso não se consiga atingir o consenso em determinados pontos, será realizada uma discussão e uma votação em termos do Regimento. Lembrou que os princípios básicos da política municipal para o imigrante têm como objetivos: a promoção de direitos, objetivando a inclusão e a equidade; a desburocratização; acessibilidade dos serviços públicos e a informação; o respeito à diversidade; a promoção da interculturalidade; a promoção da integração dos planos e programas já em andamento; a consolidação de avaliações como uma prática rotineira para determinar eficiência, eficácia e o impacto das políticas; a publicização da questão migratória e da política migratória adotada em sociedade geral como uma postura de transparência, bem como a harmonização com o ordenamento jurídico e com as políticas públicas que com elas se relacionam. Relatou que a assistência social constitui área de atuação do poder público na qual se deve garantir o atendimento a todos os cidadãos e que, a Política Nacional de Assistência Social faz uma divisão entre a proteção social básica para garantia de direitos mínimos sociais e uma proteção social especial, que é voltada para situações específicas de violação de direitos. Explicou que os objetivos da assistência social são: proteção à família, maternidade, infância, adolescência e velhice; amparo as crianças e adolescentes carentes; promoção da integração ao mercado de trabalho; habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência; promoção da integração a vida comunitária; garantia de um salário mínimo de benefício mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção. Compreendeu que todos os objetivos que são colocados no Parágrafo Único do Artigo 2º da Lei Orgânica da Assistência Social são bastante aplicáveis a questão do imigrante, porém precisam perceber que não é citada em nenhum momento a questão do imigrante. Discorreu que para regulamentar a Lei Orgânica, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social publicou a Portaria nº 46 de 2010, que trata da tipificação da rede socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênio, entretanto, não tipifica o imigrante, o que tem trazido vários entraves para a execução da política migratória municipal, então registrou que existe a necessidade de rever a Portaria de modo a incluir o imigrante como uma modalidade tipificada do usuário do sistema de assistência social do município de São Paulo. Quanto às normas internacionais, notificou que existe a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Destacou que o Fórum Ibero Americano Imigração e Desenvolvimento estabeleceu como metas para os seus países fortalecer e ampliar os instrumentos de proteção social, ativar acordos multilaterais, incluir a saúde dos migrantes em esquemas universais de proteção social e considerar a proteção social da saúde das mulheres de suma importância e expôs algumas experiências comparadas, principalmente da metodologia de trabalho da assistência

social que foi desenvolvida na comunidade de Madri na Espanha. Com relação à saúde, explicou que a Constituição garante o direito fundamental a saúde em seus Artigos 6º, 23 e 24, estabelecendo a concorrência das diversas esferas federativas para proporcionar esse serviço público. Discorreu que a Lei 8.080/90, garante alguns princípios do Sistema Único de Saúde em seu Artigo 7º, como: a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; integralidade de assistência; a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral; igualdade da assistência à saúde; direito à informação as pessoas assistidas sobre sua saúde; divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário; utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades e a locação de recursos; e a orientação programática e participação da comunidade. Expôs também experiências comparadas em relação à saúde, principalmente o Plano Diretor de Migração no âmbito da saúde de Catalunha na Espanha. Com relação às normas internacionais, ponderou que existe a Resolução nº 17 da 61ª Assembleia Mundial de Saúde e os parâmetros técnicos da OIM e da OMS para gestão de migrações no âmbito da saúde. Informou que o perfil de saúde do imigrante que foi traçado pela Secretaria de Saúde da Prefeitura de São Paulo mostrou uma heterogeneidade na busca pelo serviço de saúde tanto entre as nacionalidades, quanto as questões que levam o imigrante a buscar o serviço de saúde, sendo que um dos apontamentos é que a população imigrante com maior acesso ao cartão nacional de saúde é de bolivianos e que o SUS é utilizado para parto por 90% das bolivianas, paraguaias, haitianas e nigerianas, um percentual que é muito maior do que de brasileiras. Comunicou que em 2014 apenas 0,85% das interações do município foram de migrantes, 54% das quais relacionadas à gestação. 3) **Discussão das Proposições Normativas com Base nos Trabalhos do Subcomitê**: A Sra. Camila Bibiana Freitas Baraldi relatou que os documentos discutidos na audiência pública se baseavam nas propostas da Conferência Nacional e da Conferência Municipal de Imigrantes, e realizou a leitura da proposta das diretrizes de atuação da administração pública na área setorial da assistência social da política municipal para população imigrante. O Sr Paulo Illes compreendeu que é importante os participantes se manifestem com relação à proposta e a Sra. Maria Inês Bertão inferiu que a assistência social perpassa por todas as políticas sociais e públicas para a população carente e que, precisam inserir a questão geral, porém, também precisam especificar sem formar guetos de imigrantes. Ponderou que quanto é citado sobre o centro de referência, existe o centro da assistência e da saúde, que fornecerem atendimento especializado, não para acolhimento para pernoite. A Sra. Camila Bibiana Freitas Baraldi explicou que estão abordadas as diretrizes da assistência geral e que, posteriormente será abordado sobre as diretrizes para atuação da assistência social de forma geral e sugeriu realizar a leitura de todas as propostas, para depois realizarem os comentários. Realizada a leitura da proposta das diretrizes de atuação da administração pública na área setorial da saúde da política municipal para população imigrante e abrindo o espaço para o debate, a Sra. Maria Inês Bertão discorreu que gostaria que constasse no documento, que será encaminhado para garantir na lei o benefício de prestação continuada em outras esferas, não apenas no município. A Sra. Camila Bibiana Freitas Baraldi explicou que como a concessão do BPC é pelo INSS, não teriam através dessa legislação a capacidade de modificar essa questão e o Sr. Paulo Illes informou que assumiram um compromisso na audiência pública de encaminhar todas as demandas do município para os órgãos competentes. A Sra. Maria Inês Bertão ponderou que todas as questões postas na saúde estão sendo atendidas, faltando apenas regularizar e elaborar formulários unificados que cadastrem as famílias de imigrantes e afirmou que esse tema deveria constar em todos os Fóruns e Conferências de todas as áreas. A Sra. Oriana compreendeu que poderia ser reforçado a questão do idoso imigrantes nas propostas da assistência social e da saúde e a Sra. Maria Inês Bertão informou que foi inaugurada uma casa da saúde e da assistência social para o idoso e que, nas unidades de saúde, há algumas Unidades de Referência de Saúde do Idoso, que também trata do imigrante. A Sra. Camila Bibiana Freitas Baraldi relatou que talvez fosse o caso de incluir na política de diretriz de tipificação dos serviços para imigrantes na normativa da assistência social, pois está de uma forma implícita. Assesverou que não sabe se as ouvidorias deveriam estar atreladas aos centros de referência, foi comentado na audiência que está tramitando um projeto de criação da ouvidoria de direitos humanos para atender todas as populações, inclusive para atender os imigrantes sobre discriminação, violação e direitos fundamentais. Compreendeu que pode ser previsto nesse documento a criação de um centro de referência e esclareceu que não colocou nas Conferências e nos processos participativos em geral o tema de migrantes, pois haverá um momento específico de discussão sobre a participação social para debater se entrará a previsão de uma diretriz geral para todas as áreas. A Sra. Camila Asano solicitou esclarecimento com relação ao raciocínio para elaboração da redação do primeiro artigo da assistência social, de como será garantido independente da situação documental, os acessos aos serviços públicos e inferiu que seria interessante deixar explícito na parte do treinamento dos agentes públicos a questão da documentação ou mesmo ter alguma diretriz citando essa questão. Com relação ao ponto IX que está explanando sobre o centro de referência, entendeu que talvez fosse necessário avaliar com calma o termo 'dentro outros', observando se todos os serviços necessários e mínimos já estão contemplados. Intuiu que no ponto X poderia considerar incluir a questão da discriminação, da xenofobia, para deixar mais explícito. O Sr. Paulo Illes comentou que a preocupação é justamente observar a discussão da nova lei de migração, que possuem alguns artigos que excluem o imigrante sem documentação e sugeriu adotar a redação citando que em nenhum caso pode ser negada a assistência. O Sr. Fernando sugeriu incluir a palavra 'refugiado' no texto, pois entende que está dentro do contexto de imigração e inferiu que podem adicionar um foco nas portas de saída das casas de acolhida e incluir alguma especificidade da saúde mental, de acompanhamento psicológico. Explicou que seria importante que o documento aborde a questão da moradia e da criança, principalmente no caso de refúgio de crianças que chegam desacompanhadas. A Sra. Isabel Meunier esclareceu que a questão do refúgio foi debatida na audiência pública e foi definido que a palavra 'imigrante' englobaria o refugiado e o Sr. Paulo Illes entendeu que podem incluir algo na linha de garantir a assistência ao idoso imigrante. Relatou que foi apresentada uma primeira proposta, sendo que haverá ainda uma consulta pública e uma reunião de validação da minuta final, ficando a discussão aberta e que, seria mais importante do que a própria ouvidoria, garantir no centro de referência o serviço linguístico para os imigrantes. Informou que na próxima reunião será apresentada a proposta de diretrizes da educação e trabalho para os imigrantes. A Sra. Camila Bibiana Freitas Baraldi comunicou que a próxima reunião do Comitê será no dia 13 de novembro, sendo que a proposta para realização da reunião do Subcomitê seria para o dia 06 de novembro. Os participantes concordam com a proposta e seguindo para 4) **Indicações de convidados que possam contribuir ao Subcomitê**: A Sra. Camila Bibiana Freitas Baraldi solicitou que os participantes indicassem convidados para as reuniões do Subcomitê, que possam contribuir com as discussões e o Sr. Paulo Illes explicou que a indicações dos nomes devem ser realizadas com antecedência para o encaminhamento do convite. Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o Sr. Paulo Illes deu por encerrada a reunião.

Paulo Illes
Coordenador de Políticas para Migrantes da SMDHC